
AMÉRICA AFRO-LATINA, 1800 - 2000

*Beatriz Ana Loner**

George Reid Andrews **América Afro-latina, 1800 - 2000** de.Trad. Magda Lopes São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.

SOBRE GREVES, REVOLTAS, NEGOCIAÇÕES E ACOMODAÇÕES EM BUSCA DA CIDADANIA: NEGROS NA AMÉRICA LATINA

O livro de Andrews, lançado pela editora da Universidade de São Carlos constitui-se num precioso instrumento para compreender os mecanismos em comum utilizados pelos negros na América Latina, como meios de defesa e resistência contra a opressão escravocrata ou de integração na sociedade em épocas posteriores.

Iniciando a partir do século XIX, o estudo detém-se, principalmente, no contexto das guerras pela independência e, conseqüentemente, nas reformas sociais e políticas advindas com este processo, analisando as formas como os africanos e seus descendentes responderam a elas, sua atuação em contextos diversos e as posições que assumiram nos novos estados, redefinindo sua subalternidade.

Para nós, historiadores do trabalho, esse é um livro muito interessante, pois coloca em dimensão continental a atuação deste importante setor dentre os trabalhadores, permitindo-nos compreender tanto as especificidades do caso brasileiro, país que detém um dos maiores contingentes de mão-de-obra negra quanto as características comuns que podem ser vislumbradas na atuação dos afro-descendentes em toda a América Latina.

Especialmente para os historiadores do trabalho, o estudo torna-se particularmente rico ao descrever tipos de comportamento organizado que, por muito tempo, não se acreditou encontrar entre trabalhadores cativos. Entre elas, pode-se citar as formas de negociação coletiva, mesmo quando tomam a forma de levantes escravos por pautas específicas:

* Professora associada da Universidade Federal de Pelotas.

Embora essas negociações usualmente ocorressem entre senhores e escravos individuais, elas às vezes se transformavam em algo que se aproximava da negociação coletiva, produzindo algumas das primeiras greves na história latino americana. As paralisações de trabalho dos *cobrerros*, nos séculos XVII e XVIII, certamente caem nesta categoria; similarmente, a greve dos carregadores de rua negros, tanto escravos como livres em 1857, em Salvador, capital da Bahia. Provavelmente nunca teria ocorrido aos escravos de uma *hacienda* próxima de Ibarra no Equador, chamar suas ações de greve, embora fosse essencialmente isso que estavam fazendo quando informaram às autoridades reais, no final da década de 1780 que não trabalhariam “nem por os pés na fazenda” até que o novo dono da propriedade, que lhes havia imposto exigências de trabalho muito maiores, fosse afastado (p.52).

O autor reconhece que este tipo de comportamento escravo sempre foi tratado como rebelião pelos senhores escravocratas e pelas autoridades de cada país, mas surpreende ao dar exemplos que mostram que esta não era uma atitude tão isolada como se quer fazer crer:

As paralisações coletivas de trabalho por parte dos escravos eram completamente inaceitáveis e, da perspectiva dos senhores, equiparadas à rebelião. Porém, a maioria dessas ações dos escravos não pretendia subverter a ordem ou fugir da escravidão, mas sim fazer cumprir termos e condições comumente aceitos da escravidão que, no entendimento deles, estavam sendo violados. Foi isso que motivou 20 escravos da *hacienda* Quebrada em Cañete no Peru, a marcharem até Lima, em 1809, e exigir que as autoridades reais removessem seu abusivo administrador; assim como motivou um grupo de 23 escravos em Guayama, Porto Rico, a largar suas ferramentas e partir para a cidade, para se queixar ao corregedor.” (p. 53).

Cita, ainda, o caso do engenho de Santana no Brasil e dois acontecimentos de uma fazenda em Mompox na Colômbia, como exemplos de escravos que quiseram renegociar suas condições de trabalho. Analisa suas reivindicações e a semelhança com os movimentos de trabalhadores livres. No caso de Mompox, a negociação trouxe bons resultados, enquanto que em Santana, como sabemos, o levante terminou com a prisão dos envolvidos, embora esta não tivesse sido a primeira nem a última rebelião desse grupo específico de escravos. Mesmo não detalhando exatamente todas as reivindicações dos escravos de Mompox, afirma que se concentravam basicamente na exigência de dois dias de folga, melhor alimentação, roupas e cuidado com saúde, como remédios, além da venda da produção própria e exigência de um padre para fazer batizados e ritos fúnebres. Embora questione as reais intenções desses escravos, em relação ao acompanhamento espiritual católico, conclui que foi a exigência oposta, dos escravos brasileiros, de “ poderem folgar e cantar quando quisermos, sem termos que pedir licença a ninguém”, que fez desandar toda

a negociação no caso do Engenho de Santana (p.55). É duvidoso crer nisso, quando se sabe que, entre suas outras exigências estava a questão de conseguirem maior controle sobre o feitor, o qual seria escolhido pelo senhor, mas que deveria ter sua aprovação. Além disso, as reivindicações do pessoal de Santana tocavam bem mais diretamente no próprio rendimento do trabalho, regulando quanto cada um deles deveria produzir em cada turno.

O livro subdivide-se em seis capítulos, em que tenta acompanhar a evolução histórica dos relacionamentos raciais, integrando-a na dinâmica da formação dos estados contemporâneos. O primeiro constitui-se no detalhamento da situação da população negra nas Américas, livre ou escrava no início de 1800, fazendo-se uma espécie de balanço de seu contingente populacional, principais movimentos de resistência e formas institucionais de submissão ao estado colonial.

O segundo capítulo trata dos movimentos pela independência e do papel dos escravos nele. O autor ressalta que nenhuma das formas de participação e atividades no processo emancipatório surtiu o efeito desejado para os trabalhadores negros, mas desencadeou resultados complicados e contraditórios nas sociedades latino-americanas. Aliás, este foi o momento em que a atuação dos escravos tomou as formas mais diversas possíveis, de acordo com o que lhes apresentava e/ou era prometido pelos setores que lutavam pela libertação nacional.

Assim, Andrews analisa porque, em locais como a Venezuela, os escravos se tornaram partidários da monarquia espanhola no primeiro momento das lutas anti-coloniais, pois viam nos rebeldes contra a Espanha os seus algozes, já que a maioria era de fazendeiros e senhores de escravos. Para ele, paralelamente as guerras pela Independência, ocorreu também uma espécie de guerra particular dos escravos pela sua liberdade. Os escravos forjaram a sua própria emancipação nos países de língua hispânica, já que os dois lados só trataram da questão escrava quando esta se colocou como um empecilho para a liberdade política. Ou seja, os escravos pressionaram e influenciaram as duas forças oponentes, seja com suas ações, seja com seu simples número e o temor de uma revolta (p. 89). Isso poderia explicar, inclusive, o fato da elite uruguaia se posicionar a favor dos invasores brasileiros, em 1816, pelo medo aos grupos armados de negros livres, inspirados em Artigas, e que atuavam no interior do país. As guerras também trouxeram outra forma de conseguir a liberdade, pela incorporação ao exército ou as tropas de um dos lados em luta.

Quanto ao Brasil, cujo processo de construção nacional foi diferenciado, em parte devido ao medo da eclosão de uma revolta escrava ao estilo haitiano, o autor termina atribuindo um peso muito grande à distinção entre as várias etnias africanas e os crioulos, como motivo para as revoltas negras, de meados do século XIX, não terem vingado.

Se a Independência, em muitos lugares, trouxe consigo o final da escravidão, transmutando o negro escravo em pobre livre, mesmo assim alterou a posição social de todo esse grupo (e também dos setores vinculados ao trabalho). Do mesmo modo, deu início a um complicado jogo, entre as formas institucionais que procuravam conformá-lo a um cidadão de segunda classe e os mecanismos de que este grupo étnico fez uso para melhorar sua posição, seja de forma individual ou coletiva, apesar da discriminação racial. Este é o tema do capítulo 3, no qual Andrews descreve como, após a constituição dos novos estados, e apesar de se tentar reforçar algumas das leis de castas, mais sensíveis na América espanhola, como a que proibia a associatividade de pretos e pardos juntamente com brancos em alguns setores, a luta levada avante pelos grupos negros, especialmente aqueles oriundos da grande massa de libertos ou livres, que veio crescendo continuamente dentro das sociedades latino-americanas desde o período colonial, fez com que essas leis fossem derogadas na prática. Mas, para ele, isso levou também a uma quase guerra à negritude no final do século XIX, quando as novas nações, procurando se modernizar, buscaram a mão de obra necessária para seus empreendimentos econômicos através da imigração, especialmente de população europeia excedente, a qual afluíu de maneira diferenciada para cada país, mas provocou mudanças significativas na correlação de cada grupo racial em alguns deles, especialmente na Argentina e Uruguai.

No caso do Brasil, depois de romper e destruir o radicalismo popular que ainda estava presente em algumas rebeliões da década de 1830, o liberalismo que restou era apenas um liberalismo político, dos grandes proprietários e, devido a isso, foi possível estender o direito de voto independente da cor, na década de 1870, resultando dessa medida uma redução das tensões e conflitos políticos e raciais, conflitos estes que voltaram a ser reavivados na década seguinte, com a nova lei eleitoral e, especialmente, a turbulência provocada pelo processo abolicionista.

Contudo, Andrews deixa escapar uma visão um tanto romântica das relações entre a família imperial e seu “compromisso com a igualdade racial” (p. 143) que, segundo ele, se expressa já em 1850, com a proibição do tráfico de escravos. Ainda mais, ao descrever

comentários de viajantes sobre a pretensa “igualdade racial brasileira”, o autor fica a um passo de cair na armadilha da “democracia racial”, agora encontrada no período imperial, em que houve, segundo ele, avanços significativos de mestiços na sociedade e na política brasileira, integrados como brancos. Mas, no parágrafo seguinte se recompõe, reconhecendo que ela existia apenas aos olhos estrangeiros, pois ao examinar o intrincado caminho do clientelismo que permitia a alguns afro-descendentes consolidarem posições e situar-se dentro da sociedade da época, consegue apreender o mecanismo desse processo (já exposto por literatos, como Machado de Assis, no século XIX, até sociólogos mais recentes em meados do século XX): o negro que subia na escala social, não o fazia apenas pelo seu talento, mas pelas relações de clientela e apadrinhamento que trançavam as redes sociais e abriam ou fechavam as portas da sociedade, na medida necessária para que estes indivíduos ficassem sempre em posição subalterna e custodiada em relação aos dominantes e, ao mesmo tempo, separados da maior parte da população afro-descendente (p. 144 e seguintes), constituindo uma classe média negra que auxiliava a manter a ilusão da igualdade, frente a massa popular, majoritariamente negra ou mestiça.

Assim, apesar de ressaltar a importância do clientelismo como base da organização social brasileira e um dos elementos em que negros e mestiços procuraram se amparar para integrar-se na sociedade, percebe também a continuidade da discriminação e dos mecanismos postos em prática para conformar a população negra a base da pirâmide social, especialmente a política do branqueamento (que ele não trata como ideologia, mas como prática do estado) e que levou ao fortalecimento da imigração européia e a concessão de facilidades a estes últimos, em detrimento aos elementos chamados nacionais. O capítulo quatro discute as estratégias chamadas de “branqueamento”, postas em prática pelas autoridades e elites nacionais, buscando embranquecer a população, principalmente através da imigração européia ou de políticas de incorporação do contingente mestiço ao número da população branca.

Já o capítulo cinco discute o sentido inverso do pêndulo, ou seja o momento em que, no que Andrews chama de “regimes populistas”, muito do que fazia parte da cultura de resistência negra é incorporado como parte integrante da cultura nacional, de forma estilizada e, atualmente, com um claro objetivo comercial e turístico. Muitos elementos da cultura africana, em solos do novo mundo, teriam um caráter diaspórico anteriormente, mas

terminaram se nacionalizando e sendo absorvidos pelos estados nação no século XX, como “símbolos essenciais de identidade cultural nacional”(p. 35).

Temos que reconhecer que o autor dedica pouco espaço as formas de organização negras, embora reconheça que, dado o contínuo incremento de negros libertados desde os primeiros séculos da escravidão, aos poucos foi se formando um grande número de artesãos negros, fruto também da desqualificação do trabalho manual nessas sociedades. Como resultado, esboça Andrews um quadro em que se vislumbra várias formas associativas negras, variando segundo os países. Entretanto, a extensão do voto aos negros não trouxe consigo a existência de um voto negro, pois o critério racial nunca foi o essencial em sua definição política. Nesse caso, com poucas exceções, entre elas o fenômeno das Frentes Negras surgidas no Brasil na década de 1930, o associativismo não teve um caráter étnico político, mas sim derivou para formas de auxílio mútuo e lazer, ou para versões sindicais de associações de classe, com ou sem a presença de brancos entre seus quadros. Por outro lado, as tensões raciais criaram um ambiente de desunião entre os trabalhadores, que foi, em alguns países, deliberadamente fomentado pelos seus empregadores, como forma de dividir os trabalhadores locais, caso de Cuba e Costa Rica.

Concluindo, pode-se dizer que é um livro que acrescenta ao estudo do trabalho no Brasil, pois permite entender os comportamentos e vivências de um setor importante do operariado nacional num contexto mais abrangente, levando-nos a pensar o trabalhador negro em dimensão continental. Sua presença no período colonial e o papel que desempenhou, demográfica e culturalmente, nos novos países, foi, e ainda é, importante para a evolução social e política dos povos latino-americanos.